

# Sarney e a crise

JORNAL DE BRASÍLIA

10 JAN 1990

*Haroldo Hollanda*

Tomando ontem o café matinal com um grupo de jornalistas, o presidente Sarney afirmou que a crise econômica brasileira é estrutural, semelhante à de todos os demais países da América Latina, e decorre, segundo seu julgamento, em grande parte dos efeitos perniciosos da dívida externa. Mas a crise não afeta só a América Latina. Como prova, diz que ela abalou os países comunistas e as quedas vertiginosas sofridas com frequência por bolsas como as de Nova Iorque, Londres e Tóquio seriam indicadores da dimensão de que se reveste, característica do período de transformações tecnológicas pelas quais passa o mundo. Para o presidente Sarney, o Plano Cruzado representou a mais importante distribuição de renda já ocorrida no Brasil. E como todo processo de distribuição de renda, acabou por provocar reações por parte dos que sofreram perdas. "A Fiesp, por exemplo" — frisou Sarney — "jamais me perdoará por isso". Não acredita nesse Estado extremamente liberal de que se fala com tanta frequência. Em todos os países capitalistas, inclusive nos Estados Unidos, a interferência do Estado na economia hoje é grande, não só através de subsídios como de proteção alfandegária. Cita como exemplo o fato de que somente empresas america-

nas têm acesso ao mercado e suprem de armamentos as forças armadas dos Estados Unidos, o que representa 30% dos negócios globais dessa área no mundo inteiro. O comunismo, como regime de governo, morreu, mas para Sarney deixa como legado o planejamento de Estado.

Sarney tomou a iniciativa de mencionar as críticas de tibieza ou indecisão feitas ao seu governo. Ele justificou seu comportamento declarando que presidiu um período de transição e que se não tivesse revelado espírito de tolerância poderia ter levado o País a um impasse institucional de conseqüências imprevisíveis.

Esteve realmente propenso a enviar ao Congresso um projeto de Constituição, mas foi desaconselhado a esse respeito por Ulysses Guimarães. Preveniu-lhe Ulysses que se remetesse ao Congresso um projeto de Constituição ele seria simplesmente arquivado, sem que a Constituinte dele tomasse conhecimento. O presidente criticou a Constituição em vigor, a qual, segundo ele, deu extraordinários poderes ao Legislativo. Mas o sistema adotado peca pela falta de equilíbrio entre os poderes, o que terminou por provocar uma paralisação tanto do Executivo como do Legis-

lativo. Para poder governar, viu-se obrigado continuamente a recorrer às medidas provisórias. Retirada do direito italiano, a medida provisória foi concebida para ser somente usada em situações excepcionais. Acusou ainda a atual Constituição de clientelista. Como exemplo, fez ver que o número de emendas apresentado ao Orçamento de 90 é tão grande que a Comissão Mista do Congresso que cuida da matéria adiou para princípio de fevereiro a elaboração final da proposta orçamentária.

Sarney informou que na fase da Constituinte esteve disposto a aceitar o parlamentarismo como forma definitiva de governo para o Brasil. No entanto, ao estudar a emenda submetida a seu exame, verificou que se criavam mecanismos de tal ordem complicados, com consultas ora à Câmara, ora ao Senado, que na prática impediam a dissolução do parlamento. Com isso se criaria um parlamentarismo muito particular, verdadeiro assembleísmo, sem o mecanismo de contrapeso representado pela dissolução do parlamento. De acordo com sua visão, um regime dessa natureza acabaria por gerar crises políticas tão graves que no seu bojo ameaçariam inviabilizar o próprio processo democrático.